



METRO DO PORTO, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	3
II – RESPONSABILIDADES	3
III – ÂMBITO	3
IV – ANÁLISE	4
1.1 ANÁLISE DO PLANO DE ATIVIDADES	4
1.2 ANÁLISE DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO	5
1.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA	5
1.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA	6
1.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	8
V – OPINIÃO/PARECER.....	9



I – Introdução

1. Conforme previsto na Circular Série A nº 1379 da Direção Geral do Orçamento (DGO), relativa às instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2016, e nos termos referidos na alínea d) do nº 1 do artigo 25º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A. (adiante designada por MP), procedemos à apreciação do orçamento para 2016 da empresa, na qualidade de Órgão de Fiscalização da mesma, tendo, ainda, em conta as orientações emitidas pela DGTF no Ofício nº 5536 da DGTF relativamente aos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2016.

II – Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da MP a preparação e apresentação de informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

III – Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto à isenção de distorções materialmente relevantes da informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
 - b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.



IV – Análise

O orçamento para 2016 apresentado pela MP (versão 8, com a referência MP-1443532/16 e data de 26 de janeiro de 2016) foi elaborado tendo em consideração as instruções transmitidas pelo acionista Estado para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) - 2016, através do Ofício nº 5536, de 23 de setembro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Esta versão 8 do orçamento substitui a versão anteriormente emitida, de acordo com as instruções recebidas do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, no sentido de serem alterados os pressupostos assumidos na versão anterior.

1.1 Análise do plano de atividades

Para 2016, a MP não procedeu à elaboração de um documento autónomo contendo a descrição do seu plano de atividades, conforme procedimento habitualmente adotado.

O documento “Projeto de Orçamento 2016 – versão 8” apenas descreve com algum detalhe as previsões de investimento para o horizonte 2016-2020. O financiamento dos investimentos previstos será assegurado por fundos comunitários, cuja contrapartida nacional será garantida pelo PIDDAC, no montante aprovado de 1,7 M€¹, sendo o restante financiado por nova dívida a contrair.

Mapa de financiamento do investimento (m€)

Fonte de financiamento	2016	2017	2018	2019	2020	Total
PIDDAC	1 533	6 375	2 325	0	0	10 233
Novos fundos comunitários	8 688	36 123	13 175	0	0	57 987
Endividamento	20 491	-14 051	2 540	873	924	10 777
Total	30 713	28 448	18 040	873	924	78 997

Nos termos da legislação em vigor, designadamente do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR) a empresa não pode recorrer a crédito bancário. Assim, ao nível do orçamento, é assumido como pressuposto que todas as necessidades de financiamento da MP serão asseguradas por empréstimos a obter junto da DGTF. As necessidades totais de financiamento para 2016 ascendem ao montante total de 592 M€, com a seguinte discriminação:

¹ Dos quais 0,2 M€ serão utilizados para financiar gastos de conservação e reparação



Necessidades de Financiamento da MP - 2016 (m€)

Reembolso de empréstimos do Estado	435 438
Outras amortizações de dívida	56 581
Encargos com swaps	3 448
Encargos financeiros	51 344
Défice de exploração	29 684
Investimento	15 891
Necessidades de financiamento totais	592 387

Segundo informação obtida, o valor das necessidades de financiamento é concordante com o montante inscrito no orçamento para 2016 pela DGTF.

Face à anterior versão do orçamento, verifica-se uma redução das necessidades de financiamento da MP em cerca de 224 M€, resultante da alteração dos seguintes pressupostos:

- não serão pagos os cupões dos swaps do Santander,
- não é considerado o pagamento dos custos incorridos com o processo judicial em curso relativo aos swaps do Santander,
- o pagamento, inicialmente previsto para 2016, no montante de 49,0 M€, decorrente do vencimento antecipado previsto relacionado com a componente americana da operação Cross Border Lease (USCBL), face à situação de incumprimento decorrente da descida do rating do Estado português, foi diferido para 2017.

1.2 Análise da proposta do Orçamento

1.2.1 Orçamento da Receita

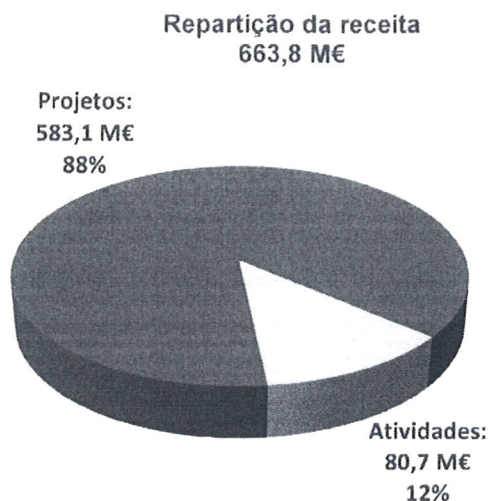
O orçamento da receita apresenta um total de 663,8 M€, com a seguinte repartição:

Receita prevista para 2016 (m€)

Capítulo	Valor	Peso relativo
Taxas, multas e outras penalidades	6	0,00%
Rendimentos da propriedade	1 332	0,20%
Transferências correntes	2 795	0,42%
Venda de bens e serviços correntes	42 684	6,43%
Outras receitas correntes	14 121	2,13%
Passivos financeiros	592 387	89,25%
Transferências de capital	10 431	1,57%
Receita total	663 756	100,00%



O gráfico seguinte apresenta a repartição da receita por orçamento de atividades e orçamento de projetos.



No orçamento para 2016 foram assumidos diversos pressupostos, sendo de destacar os seguintes:

- não será atribuído à MP qualquer montante a título de Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte, conforme previsto no contrato de serviço público,
- prevê-se a entrada em vigor do novo contrato de subconcessão no mês de Março de 2016, com o consequente impacto ao nível da receita arrecadada,
- foi assumido o recebimento do montante de 10,4 M€ em 2016, a título de subsídios,
- está previsto um desfecho favorável dos processos de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA, a ocorrer em 2017, que implicará o reembolso de cerca de 50 M€ nesse ano.

Ao nível das receitas de Transferências no âmbito das AP, foi incluído o valor de 2,8 M€, que corresponde ao plafond comunicado pela tutela.

1.2.2 Orçamento da Despesa

A despesa apresentada no orçamento para 2016 ascende ao montante do total da receita prevista, estando assim o orçamento equilibrado. Assim, o orçamento da despesa, no total de 663,8 M€, apresenta a seguinte repartição:



Despesa prevista para 2016 (m€)

Agrupamento	Valor	Peso relativo
Despesas com o pessoal	4 771	0,72%
Aquisição de bens e serviços	71 926	10,84%
Juros e outros encargos	56 130	8,46%
Outras despesas correntes	7 285	1,10%
Transferências de capital	38 151	5,75%
Ativos financeiros	3	0,00%
Passivos financeiros	485 488	73,14%
Despesa total	663 755	100,00%

De salientar o peso dos passivos financeiros, decorrentes da amortização dos financiamentos obtidos, que representam cerca de 73% do total da despesa, assumindo um peso de 82% na despesa total quando analisados conjuntamente com os juros e outros encargos.

No que respeita às despesas de pessoal, será importante referir que o mapa de pessoal, que serviu de base à orçamentação da despesa respetiva, não foi ainda aprovado pela tutela. Foi assumido o pressuposto de que, no fim do primeiro semestre de 2016, ocorrerá a redução dos quadros de pessoal de 96 para 47 colaboradores, o que implicará o pagamento de indemnizações por rescisão do contrato de trabalho no montante de cerca de 1,4 M€. Foram consideradas as instruções da DGO no que respeita à redução salarial.

Foram ainda assumidos os seguintes pressupostos:

- o novo contrato de subconcessão do sistema de metro ligeiro entrará em vigor em Março de 2016, o que tem impacto no gasto/despesa da subconcessão,
- foi assumido que o prazo médio de pagamentos será de 60 dias,
- não serão pagos ao Banco Santander os encargos devidos com os contratos swaps de cobertura de risco de taxa de juro, cujo pagamento está suspenso desde setembro de 2013,
- as necessidades de financiamento serão colmatadas com empréstimos a conceder pela DGTF, em condições semelhantes às dos contratos mais recentes celebrados.

Foi considerada no orçamento uma reserva de 2,5% sobre as despesas financiadas por receitas gerais, no montante de 4,1 M€, conforme consta do ponto 18 da Circular da DGO relativa às instruções para preparação do Orçamento para 2016. De referir que na base de cálculo da reserva não foi excluído o seu valor, o que levou a um reforço da mesma.



1.3 Análise das demonstrações financeiras previsionais

O quadro seguinte sintetiza as demonstrações financeiras previsionais, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

Demonstrações financeiras previsionais para 2016 (m€)

Balanço

Ativo	2 110 675
Capital próprio	-2 708 275
Passivo	4 818 950

Demonstração dos resultados

Rendimentos	90 385
Gastos	-195 326
Resultado operacional	-104 941
Rendimentos e gastos financeiros	-120 026
Imposto sobre o rendimento	-20
Resultado líquido do período	-224 987

Na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, não foi considerado qualquer gasto/rendimento decorrente da variação do justo valor dos *swaps* em carteira.

No que respeita aos princípios financeiros fixados no Ofício nº 5536 da DGTF, será de referir o seguinte:

- não foi cumprido o objetivo de atingir em 2016 um EBITDA no mínimo igual ao projetado para 2015 e sempre superior ao registado em 2014,
- a redução prevista ao nível dos gastos operacionais (FSE + Gastos com pessoal), face aos gastos de 2010, não atingirá os 15% definidos no Ofício,
- será cumprido o objetivo de limite dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento,
- os gastos com a frota automóvel previstos para 2016 serão inferiores aos incorridos em 2014 e previstos para 2015, respeitando assim o limite imposto pelo Ofício,
- verifica-se um agravamento do endividamento remunerado no período 2016-2018.



V – Opinião/Parecer

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação, e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípio contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

A circunstância de a empresa se encontrar em processo de reestruturação, com adoção de um modelo de gestão suportado na concessão que se encontra ainda em curso, cria, naturalmente, alguma incerteza e risco ao nível da orçamentação de despesas e receitas para 2016.

Empresas como a Metro do Porto, cuja atividade visa assegurar o desenvolvimento de projetos públicos e prestar um serviço de interesse económico geral, têm enfrentado pesadas dificuldades no âmbito da implementação de planos de redução de necessidades de financiamento, por força, quer do histórico enviesamento do modelo adotado para o financiamento dos projetos desenvolvidos, quer pela restrição, ao nível do equilíbrio da exploração, subjacente à prestação de um serviço público.

Deve salientar-se que, face à sua natureza de EPR, o orçamento de 2016 da MP integrará o Orçamento do Estado para 2016, que ainda não foi aprovado.

Porto, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho Fiscal

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins – Presidente

Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira – Vogal

António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada
por Dr. António Monteiro de Magalhães – R.O.C. nº 179 - Vogal